



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável

SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização  
Ambiental

Parecer nº 31/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA/2022

PROCESSO Nº 1370.01.0015360/2022-28

Nº DOCUMENTO DO PARECER ÚNICO VINCULADO AO SEI: 44520764			
PA COPAM SLA Nº: 541/2022		SITUAÇÃO: Sugestão pelo indeferimento	
EMPREENDEDOR: STINGUEL COMÉRCIO DE AREIA E SERVIÇOS LTDA.		CNPJ: 22.184.063/0001-88	
EMPREENDIMENTO: STINGUEL COMÉRCIO DE AREIA E SERVIÇOS LTDA.		CNPJ: 22.184.063/0001-88	
MUNICÍPIO(S): AIMORÉS		ZONA: URBANA	
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude 19° 29' 32.124"S Longitude 41° 04' 57.947"O			
AMN/DNPM: 830.914/2011		RECURSO HÍDRICO: Outorga ANA n.º 1794/2021	
Substância Mineral: Areia		(dragagem mineral); concessionária local (consumo humano e aspersão de vias)	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Não há incidência (Peso 0)			
CÓDIGO	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO	CLASSE	PARÂMETRO
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3	Produção bruta = 38.160 m³/ano
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO		REGISTRO	
Antônio Nascimento Gomes (RAS)		48.583/D (CREA/MG)	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	
Carlos Augusto Fiorio Zanon Gestor Ambiental		1.368.449-3	
De acordo: Daniel Sampaio Colen - Diretor Regional de Fiscalização Ambiental designado para responder pela DRRA/LM		1.228.298-4	



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Fiorio Zanon, Servidor(a) Público(a)**, em 01/04/2022, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Sampaio Colen, Diretor**, em 01/04/2022, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **44503755** e o código CRC **ACAB4EB3**.

Referência: Processo nº 1370.01.0015360/2022-28

SEI nº 44503755



**PARECER Nº 31/SEMAD/SUPRAM LESTE - DRRA/2022**

O empreendedor STINGUEL COMÉRCIO DE AREIA E SERVIÇOS LTDA. solicitou regularização ambiental para operação de atividade minerária no município de Aimorés/MG, sendo formalizado, em 04/02/2022, via SLA, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado, modalidade LAS/RAS, de n.º 541/2022 (Solicitação 2021.11.01.003.0001360).

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é "Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil" com produção bruta de 38.160 m<sup>3</sup>/ano (Classe 3), sem incidência de critério locacional (Peso 0), haja vista o empreendimento se localizar em área urbana. Nesse sentido, ressalva-se que, conforme consulta à IDE/SISEMA em 01/04/2022, a ADA se localiza na Zona de Transição da Reserva da Biosfera do Bioma Mata Atlântica. Na caracterização do empreendimento declarou-se que se trata de "nova solicitação", sem processo administrativo de licenciamento ambiental anterior.

A ADA informada encontra-se na APP do rio Doce e do córrego Constância, não sendo apresentada, no âmbito do presente expediente, a Autorização para Intervenção Ambiental (AIA) necessária. Sendo assim, uma vez que se trata de empreendimento não implantado em período anterior a 22/07/2008 (fase atual "projeto" conforme RAS), não houve caracterização do uso consolidado no local nos termos do Artigo 17 da Lei Estadual n.º 20.922/2013, ou seja, a extração de areia do leito do rio Doce acarretará em nova intervenção ambiental passível de AIA nos termos do Decreto Estadual n.º 47.749/2019.

Posto isto, tendo em vista o Parágrafo Único do Artigo 15 da DN COPAM n.º 217/2017, sugere-se o indeferimento do presente processo, haja vista a não comprovação da regularização ambiental prévia da intervenção ambiental necessária à implantação e à operação do empreendimento proposto. Conforme preconizado na legislação e nos procedimentos administrativos vigentes, recomenda-se o encaminhamento do presente expediente à DFISC/LM para apuração de possíveis infrações ambientais.